

Parecer de Segunda Opinião

Framework para Títulos e Empréstimos Verdes da ISA CTEEP



SITAWI Finanças do Bem
Rua Voluntários da Pátria, 301/301 – Botafogo
22270-003 – Rio de Janeiro/RJ
contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

23 de dezembro de 2020

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das quatro melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRRI 2019 – e a primeira organização brasileira a avaliar títulos verdes.

Sumário

I. Escopo	2
II. Opinião.....	3
III. Análise do Framework	5
IV. Performance ASG da ISA CTEEP	13
Método	19
External Review Form Green Bond Principles	22

I. Escopo

O objetivo deste Parecer é prover uma opinião independente sobre o alinhamento do Framework para Títulos e Empréstimos Verdes proposto pela ISA CTEEP às melhores práticas internacionais de emissão de títulos verdes e captação de empréstimos verdes. Os recursos obtidos com futuras emissões e empréstimos rotulados como verdes serão utilizados para gastos futuros e/ou reembolsos de investimentos realizados em projetos de transmissão de energia.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, os *Green Loan Principles* (GLP)², os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*³, a Publicação Não Perca Esse Bond (SITAWI, 2018), os *Climate Bonds Standards*, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁴ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Análise da coerência do Framework de Títulos e Empréstimos Verdes e da estratégia de sustentabilidade da empresa;
- Análise do alinhamento do Framework com a taxonomia dos *Green Bond Principles* e *Green Loan Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e outros padrões de sustentabilidade e climáticos;
- Desempenho ASG⁵ corporativo da ISA CTEEP.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela ISA CTEEP, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes de sustentabilidade e operações. Esse processo foi realizado de agosto a dezembro de 2020.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível limitado de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

¹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/June-2018/Green-Bond-Principles---June-2018-140618-WEB.pdf>

² https://www.lma.eu.com/application/files/9115/4452/5458/741_LM_Green_Loan_Principles_Booklet_V8.pdf

³ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

⁴ https://ec.europa.eu/knowledge4policy/publication/sustainable-finance-teg-final-report-eu-taxonomy_en

⁵ Ambiental, Social e Governança. Do inglês ESG – Environmental, Social and Governance

II. Opinião

A SITAWI confirma que o Framework de Títulos e Empréstimos Verdes da ISA CTEEP está alinhado aos *Green Bond Principles* (GBP), *Green Loan Principles* (GLP) e boas práticas para emissão de títulos verdes e captação de empréstimos verdes. As categorias de projetos elencados no Framework possuem contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável e para a transição para uma economia de baixo carbono. Também consideramos que estes projetos estão alinhados à estratégia de sustentabilidade da ISA CTEEP. Essa conclusão é baseada nas duas análises a seguir:

Framework (seção III)

- a. A categoria de projetos definida no Framework possui clara externalidade ambiental positiva, compatíveis com os GBP e GLP, sendo ela a transmissão de energia elétrica. Todos os recursos das emissões e empréstimos verdes que se originarem do Framework serão direcionados para reembolsos e/ou gastos futuros de projetos dentro desta categoria.
- b. A governança do processo para avaliação e seleção dos projetos é clara e transparente: análise envolvendo a Diretoria de Soluções Socioambientais e equipe de Sustentabilidade, com critérios de elegibilidade e exclusão claros. Além disso, os projetos definidos no Framework estão alinhados à estratégia de sustentabilidade da ISA CTEEP.
- c. Futuras emissões de títulos e empréstimos verdes da empresa podem ser realizadas pela ISA CTEEP ou subsidiárias. A soma dos recursos de operações verdes alocados em cada projeto não superará o CAPEX dos mesmos, considerando também operações de acionistas da empresa. A empresa se compromete a manter os recursos não alocados em instrumentos financeiros de renda fixa, com liquidez, e necessariamente não alocados em atividades carbono intensivas e prejudiciais ao clima, até sua alocação total nos projetos. Para operações que envolvam reembolsos, a anterioridade máxima permitida é de 24 meses.
- d. A empresa se compromete a reportar anualmente para os investidores de cada emissão e credores de cada operação de crédito: a) o volume de recursos alocados nos projetos por categoria elegível dos GBP e GLP; b) indicadores de impacto para os projetos financiados por cada emissão e empréstimo. Além disso, este Parecer e o Framework para Títulos e Empréstimos Verdes estarão disponíveis no site da empresa.

Empresa (seção IV)

- e. A ISA CTEEP possui uma performance ASG confortável, com desempenho confortável nas dimensões ambiental, social e governança;
- f. Foram identificadas controvérsias envolvendo a empresa, para as quais foi demonstrada capacidade de resposta adequada;
- g. Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar riscos ASG de seu portfólio.

Equipe técnica responsável



Isabela Coutinho
Analista
icoutinho@sitawi.net



Cristóvão Alves
Gerente de Pesquisa e
Avaliação
calves@sitawi.net



Gustavo Pimentel
Diretor Executivo
gpimentel@sitawi.net

Rio de Janeiro, 23/12/2020

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da ISA CTEEP ou de suas subsidiárias. A SITAWI foi responsável por Pareceres de Segunda Opinião das emissões verdes anteriores da empresa. Dessa forma, a SITAWI declara estar apta a emitir um Parecer de Segunda Opinião alinhado aos *Green Bond Principles* e aos *Green Loan Principles*.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁶ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁶ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

III. Análise do Framework

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado aos *Green Bond Principles* (GBP) e *Green Loan Principles* (GLP). Os princípios auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre os princípios podem ser encontrados na seção “Método”.

A aderência aos GBP e GLP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o Framework está alinhado a padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

De forma a garantir que os projetos identificados no Framework estivessem aderentes às melhores práticas de mercado, avaliamos suas contribuições ambientais e climáticas utilizando também as seguintes referências:

- Não Perca Esse Bond (SITAWI, 2018)⁷
- *Green Project Mapping* (ICMA⁸, 2019)⁹
- *Climate Bonds Taxonomy*¹⁰
- Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia¹¹

Uso dos Recursos

A ISA CTEEP definiu apenas a categoria Energia Renovável como elegível aos recursos captados através do Framework, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Categoria dos projetos definidos no Framework de Títulos e Empréstimos Verdes

Categoria GBP/GLP	Descrição geral	Exemplos e detalhamento dos projetos
Energia renovável	Transmissão de energia	Lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL
		Instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, para aumento de capacidade de transmissão, de confiabilidade do SIN, de vida útil ou para conexão de usuários
		Instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando manter a prestação de serviço adequado de transmissão de energia elétrica

A categoria de ‘energia renovável’ dos GBP e GLP é considerada pelo *Green Project Mapping* da *International Market Capital Association* (ICMA) como primária para mitigação das mudanças climáticas e terciária para a conservação de recursos naturais e para a prevenção e controle de poluição.

⁷ <http://info.sitawi.net/naopercaessebond>

⁸ International Capital Market Association

⁹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/June-2019/Green-Projects-Mapping-Documents-100619.pdf>

¹⁰ https://www.climatebonds.net/files/files/CBI_Taxonomy_Tables_January_20.pdf

¹¹ https://ec.europa.eu/knowledge4policy/publication/sustainable-finance-teg-final-report-eu-taxonomy_en

Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que a transmissão de energia renovável é uma categoria elegível a emissão de títulos e empréstimos verdes, a saber:

- Os *Green Bond Principles* (GBP) incluem como projetos verdes elegíveis aqueles que suportem a energia renovável, incluindo os de transmissão;
- A Taxonomia da *Climate Bonds Initiative* determina que projetos de transmissão de energia são automaticamente compatíveis com a trajetória de descarbonização para manter o aquecimento global abaixo dos 2º C, definida na COP21, mediante atendimento ao indicador de que a infraestrutura suporta a integração de fontes renováveis ou sistemas de eficiência energética e seu balanceamento de carga;
- A publicação “Não Perca Esse Bond” enquadra projetos de transmissão de energia elétrica não dedicados a energia renovável como capazes de gerar reduções em emissões de até 20% ao longo do seu ciclo de vida, dado que são elementos fundamentais para dar estabilidade ao sistema elétrico brasileiro, com grande participação de energia renováveis que são, por natureza, intermitentes e interdependes. A publicação também indica que o aumento da participação de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN) deve ser acompanhado pela ampliação de sistemas de transmissão para redução de perdas e congestionamentos, bem como para garantia de escoamento e segurança energética.
- A taxonomia de finanças sustentáveis da União Europeia considera a transmissão de energia como substancial para a mitigação e adaptação a mudanças climáticas.

No cenário brasileiro, as linhas de transmissão contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de Títulos Verdes. Por outro lado, pela característica do SIN, não é possível garantir que linhas de transmissão específicas transmitem exclusivamente energia de fontes renováveis.

Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável, alguns argumentos são listados a seguir:

- Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes convencionais. Neste sentido, a expansão da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia, para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo “Transição da indústria de energia, aqui e agora” (*Power-Industry Transition, Here and Now*) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (*Institute for Energy Economics and Financial Analysis* - IEEFA). Esse estudo mostra que alguns países que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, não sofrem com interrupções por terem um sistema de transmissão robusto. Nesse sentido, o estudo destaca que, para integrar energias renováveis à rede, é fundamental o investimento em transmissão para reduzir perdas e congestionamentos¹²;
- O *International Development Finance Club* (IDFC), associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhecem linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus *Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking*¹³;

¹² Em março de 2019, cerca de 17% da energia elétrica transmitida no SIN foi originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear).

¹³ Em março de 2019, cerca de 17% da energia elétrica transmitida no SIN foi originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear).

- No Brasil, o aumento da produção de energia renovável, principalmente eólica, vem acompanhado de carência nas linhas de transmissão e distribuição. Segundo notícia veiculada na mídia em 2016, algumas usinas eólicas se mantiveram paradas devido à falta de sistemas de transmissão para absorver essa geração adicionada¹⁴. Apesar dos projetos que utilizarão os recursos das debêntures não serem diretamente ligadas a essas usinas, elas podem apoiar o escoamento desse tipo de energia.
- De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre dezembro de 2012 e março de 2019, a capacidade instalada das usinas eólicas, solares, a biomassa e pequenas centrais hidroelétricas (PCH) cresceu 133%, aumentando a participação na matriz elétrica nacional de 13% para 22%¹⁵. Existe a perspectiva de que o volume de energia renovável siga crescendo. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia, é esperado que, em 2027, a geração de eletricidade, nessas mesmas fontes, represente 29% da matriz elétrica brasileira. Isso significa uma expansão de 52% da capacidade instalada de fontes renováveis alternativas, frente a expansão de 21% na capacidade do Sistema Interligado Nacional (SIN)¹⁶;
- As linhas de transmissão da ISA CTEEP integrarão o SIN, um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (ex. hidrelétricas). Em 2018, o SIN teve um fator de emissão de 71,39 kgCO₂eq/MWh contra 687,52 kgCO₂eq/MWh dos sistemas isolados no Brasil, este último composto majoritariamente por fontes térmicas. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão¹⁷;
- Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos *utility-scale* e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema.

Dessa forma, consideramos que a categoria e os projetos elencados no Framework contribuirão para seus objetivos ambientais na transmissão de energia renovável. Os objetivos ambientais dos projetos são precisos, mensuráveis e robustos. Os benefícios ambientais e climáticos serão avaliados e quantificados pela ISA CTEEP.

Processo de avaliação e seleção de projetos

A ISA CTEEP é uma concessionária privada de transmissão de energia, e tem como pilares de sua estratégia de sustentabilidade a geração de valor ao acionista e a criação de impacto ambiental e social. Dessa forma, a emissão de dívidas verdes relacionadas a transmissão de energia está alinhada a estratégia da empresa.

Seu processo de seleção de projetos se inicia com o mapeamento destes por parte da Diretoria Financeira da empresa. Depois, os projetos mapeados seguem para análise por parte da Diretoria de Soluções Socioambientais e da equipe de Sustentabilidade. Essa análise inclui status do licenciamento ambiental, programas socioambientais

¹⁴ <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/01/por-falta-de-linhas-de-transmissao-13-usinas-eolicas-estao-paradas-no-ne.html>

¹⁵ ANEEL - Informações Gerenciais de Março de 2019 (<https://www.aneel.gov.br/documents/656877/14854008/Boletim+de+Informa%C3%A7%C3%B5es+Gerenciais+-+1%C2%BA+trimestre+de+2019/b860054f-79ec-6608-951a-fb2288701434>) e Dezembro de 2012 (http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Z_IG_Dez12.pdf).

¹⁶ Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 (https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202027_ aprovado_OFICIAL.pdf).

¹⁷ Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2019, https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Arquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio_2019_WEB_alterado.pdf

implementados, compromissos voluntários, iniciativas de ecoeficiência ou programas de relacionamento com a comunidade voluntários. Além disso, a análise verifica o cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos para cada tipo de projeto, conforme indicado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos pela ISA CTEEP

Tipo de Projeto	Critérios de Elegibilidade	Critérios de Exclusão
Linhas de transmissão (LTs)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projetos conectados ao SIN e/ou com conexão direta a unidades geradoras de energia renovável (exceto hidrelétricas com densidade energética inferior a 5W/m², entendendo-se ser a relação da capacidade instalada por área alagada) e que não estejam listadas como fontes de geração controversa conforme descritas no item EX2 (E1) 2. O projeto ou a empresa como um todo (em caso de projetos ainda não operacionais) devem apresentar Usuários Verdes em seus relatórios de aviso de crédito (AVCs), com tendência de aumento na participação no último ano (E2) 3. Projetos de LTs que conectam sistemas isolados ao SIN são potencialmente elegíveis (E3) 4. Projetos de LTs cuja operação proporcionam uma redução no despacho de térmicas a combustíveis fósseis são potencialmente elegíveis (E4) 5. Os projetos potencialmente elegíveis precisam ser recentes, com entrada em operação até 24 meses antes da emissão ou empréstimo, ou após a emissão da dívida verde (E5) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projetos que conectem diretamente usinas geradoras classificadas como carbono intensivas (termoelétricas a combustíveis fósseis e hidrelétricas com baixa densidade energética) ou expansões que conectem instalações já existentes às usinas supracitadas, exceto quando se tratar de conexão de um sistema isolado ao SIN (EX1) 2. Empreendimentos diretamente conectados a ou que tenham como objetivos principais o escoamento de energia advinda de usinas geradoras consideradas como controversas no contexto brasileiro, como por exemplo UHE Santo Antônio, UHE Jirau, UHE Belo Monte, UHE Sinop, UHE Balbina, UHE Cachoeira Caldeirão, Usina Nuclear de Angra dos Reis, ou outras cuja construção e/ou operação tenha envolvido controvérsias socioambientais severas, como reassentamento involuntário expressivo, danos ao meio ambiente, protesto de comunidades tradicionais, condenações por irregularidades e/ou acusações de corrupção e superfaturamento, etc (EX2) 3. Despesas operacionais não são elegíveis (EX3)

Projetos de infraestrutura relacionada (transformadores, subestações, reforços para aumento de capacidade de transmissão ou aumento da vida útil, e outros)	Projetos de infraestrutura relacionada (transformadores, subestações, reforços para aumento de capacidade de transmissão ou aumento da vida útil, e outros) são elegíveis quando conectados a LTs que cumpram com os critérios de elegibilidade e exclusão apresentados acima.
---	--

A ISA CTEEP não estabeleceu fator de emissões máximo para o sistema em que a LT está inserida para que essa seja elegível para rotulagem verde, conforme preconizam algumas taxonomias internacionais. O primeiro critério de elegibilidade (**E1**) e o primeiro critério de exclusão (**EX1**) parecem ser compatíveis com a definição da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia para sistemas de transmissão em trajetória de descarbonização total: fator de emissões de GEE médio da energia transmitida deve ser menor ou igual a 100 gCO₂e/kWh considerando os últimos 5 anos.

Em termos práticos, de acordo com esses critérios, LTs conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) seriam potencialmente elegíveis, dado que o sistema tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh a partir de 2015 (Tabela 3). Os projetos rotulados pela empresa como verdes com justificativa desses critérios passarão por verificação anual, conforme definido na seção 'Relato', e sua elegibilidade será definida a partir da definição da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia para sistemas de transmissão em trajetória de descarbonização total.

O segundo critério de elegibilidade (**E2**) estabelecido para LTs visa verificar a efetividade do aumento de disponibilidade para energias renováveis de fato trazido pelo projeto, uma das bases da tese de adicionalidade ambiental e climática de projetos de LTs.

O terceiro (**E3**) e quarto (**E4**) critérios de elegibilidade estabelecidos focam em tornar potencialmente elegíveis projetos com adicionalidade climática por conta de reduções potenciais de emissões de GEE. **E3**, para projetos de conexão entre sistemas isolados e o SIN, é justificado por fatores de emissão muito superiores em sistemas isolados quando em comparação aos do SIN (Tabela 3). **E4** permite que LTs que, por conta de suas conexões, reduzam a necessidade de despacho de térmicas a combustíveis fósseis sejam elegíveis. A adicionalidade nesse ponto deriva do fato de que essas unidades geradoras possuem os maiores índices de emissões GEE, e a redução em seu despacho com a substituição indireta por outras fontes geradoras gera redução expressiva nas emissões de GEE do sub-sistema.

Tabela 3 – Fator de emissões do SIN e de sistemas isolados (2015-2019)

Fator de emissões (gCO ₂ /kWh)	SIN	Sistemas Isolados
2015	149,2	1.257,1
2016	98,9	816,3
2017	92,8	380,2
2018	71,4	687,5
2019	72,4	1.601,1

Já o critério **E5** está alinhado com a boa prática de elegibilidade apenas de projetos novos e/ou recentes, e o critério **EX3** exclui projetos não relacionados a despesas de capital (CAPEX) para instalação de projetos.

O critério de exclusão **EX2** elimina projetos que poderiam ser considerados elegíveis pelos demais critérios estabelecidos, mas que possuam outras externalidades negativas, como transmissão de energia direta de unidades geradoras controversas que tenham impactos ambientais e sociais negativos envolvendo sua construção e operação.

Por fim, para projetos de infraestrutura relacionada a LTs, todos os critérios mencionados são válidos, e estes são verificados a partir das LTs para os quais esses projetos estejam conectados/sejam dedicados.

Ademais, o Framework não estabelece critérios de priorização entre projetos.

Podemos, então, concluir que os processos internos para avaliação e seleção dos projetos são transparentes e baseados em critérios de elegibilidade robustos. Os projetos estão alinhados com a estratégia da ISA CTEEP e possuem benefícios ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e redução da emissão de gases de efeito estufa.

Gestão dos Recursos

As operações de dívida que utilizarem o Framework de Títulos e Empréstimos Verdes podem ocorrer por intermédio de SPEs (controladas e coligadas) ou diretamente pela holding da ISA CTEEP.

Os recursos serão usados para gastos futuros e reembolsos de investimentos (CAPEX) realizados pela ISA CTEEP, com anterioridade máxima de 24 meses da data de contratação da dívida. A gestão dos recursos obtidos através de dívidas verdes será realizada pela tesouraria da ISA CTEEP.

A empresa se comprometeu no Framework que o valor dos recursos verdes alocados nos projetos elegíveis não irá superar o CAPEX dos projetos, considerando também as emissões verdes de seus acionistas. Essa prática aumenta a confiabilidade das emissões da empresa, como mecanismo de garantia de que os recursos serão alocados nos devidos projetos selecionados.

Em relação a alocação temporária envolvendo os recursos de dívidas verdes, estes poderão ser utilizados para outras atividades do negócio da empresa, sejam elas operacionais, de financiamentos ou de aplicações financeiras. Para esta última, será aplicada a política de investimento temporário da companhia (definida no item 5.2 do seu Formulário de Referência). Esta permite aplicações em títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou da taxa SELIC.

A participação de títulos governamentais e de baixo risco na carteira de investimentos da ISA CTEEP reduz o risco de investimento temporário dos recursos captados em ativos que não estejam em conformidade com os objetivos ambientais e climáticos dos

¹⁸ Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio%20Estat%C3%ADstico%20de%20Energia%20El%C3%A9trica%202020.pdf>

títulos ou empréstimos verdes. Atualmente a companhia não possui investimentos, e se compromete a continuar não investindo em atividades carbono intensivas, verificando a alocação setorial dos títulos privados permitidos.

A empresa já realizou duas emissões de Debêntures Verdes em 2018 e 2019, com destinação para diversos projetos conforme indicado na Tabela 4, elaborada a partir de dados fornecidos pela empresa e de aditamentos das respectivas escrituras. O valor designado para cada um dos projetos os financiou parcialmente, não superando seus custos totais (CAPEX).

Tabela 4 – Custos totais dos projetos e fontes de financiamento (em R\$ milhões)

Projeto	Custos totais (R\$ MM)	7ª Emissão Debênture Verde	8ª Emissão Debênture Verde
Itaúnas	298,0	84,9	56,2
Itaquerê	398,0	65,1	110,1
Itapura (Lote 25)	126,0	19,3	35,6
Itapura (Lote 10)	238,0	-	39,2
Tibagi	135,0	21,3	81,8
Aguapeí	602,0	126,0	1,6
ERB1	1.936,5	113,2	-
Biguaçu	641,0	-	33,3
Aimorés	342,0	70,2	12,0
Paraguaçu	510,0	103,8	17,9
Total	5.226,5	603,8	387,7

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados para os projetos que sustentam a classificação de Título Verde de cada emissão ou empréstimo baseados no Framework.

Relato

Após a emissão de títulos ou operações de crédito referenciados no Framework, a ISA CTEEP se compromete a monitorar e relatar informações financeiras e ambientais relacionadas aos projetos financiados. Esses resultados serão acompanhados para garantir que os recursos alocados e a performance dos projetos permaneçam alinhados aos critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos no Framework.

A alocação dos recursos nos ativos elegíveis será disponibilizada anualmente em relatório a ser divulgado publicamente pela companhia. Esse mesmo documento incluirá os impactos dos projetos que receberão recursos da emissão de títulos verdes ou empréstimos verdes. Para divulgação dos impactos dos projetos, a ISA CTEEP se compromete a divulgar anualmente os seguintes indicadores, fundamentados em metodologias que serão disponibilizadas publicamente:

Tabela 5 – Indicadores para avaliação de impacto dos projetos definidos no Framework

Tema	Indicadores monitorados
Alocação de recursos	O valor total de investimentos e despesas no Projeto Verde Elegível
	A quantidade e a porcentagem de projetos novos e já existentes
	O saldo captado via <i>Dívidas Verdes</i> ainda não alocado nos projetos elegíveis e o destino de sua alocação temporária
	O valor dos recursos verdes alocados nos projetos frente ao valor total dos projetos financiados
Impactos ambientais	Status dos projetos e de seu licenciamento ambiental
	Execução das ações mitigadoras obrigatórias e voluntárias
	Número de usuários verdes sobre os clientes da companhia abertos detalhadamente para os Lotes adquiridos em Leilões de Transmissão e com uma visão geral da empresa para os projetos de Reforços e Melhorias
	Fator de emissões médio da energia transmitida (gCO ₂ e/kWh) dos últimos 5 anos da ISA CTEEP ou do projeto.
	Para projetos enquadrados como LTs que conectam sistemas isolados ao SIN, serão reportados o fator de transmissão do sistema isolado (gCO ₂ e/kWh) e o fator de emissão do SIN (gCO ₂ e/kWh)
	Para projetos enquadrados como LTs cuja operação proporcionam uma redução no despacho de térmicas a combustíveis fósseis, será reportada a listagem de usinas térmicas cujo despacho será reduzido e previsão para redução do despacho (%)
	Data de entrada de operação do projeto
	Usinas geradoras diretamente conectadas ao projeto ou cujo projeto gera expansão da conexão direta

Os indicadores apresentados permitem a verificação do atendimento aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Framework. De acordo com o descrito no documento, estes serão divulgados para cada um dos projetos que receberem os recursos.

Os compromissos aqui descritos serão verificados anualmente pela SITAWI enquanto houver operações verdes ativas baseadas no Framework.

Dessa maneira, concluímos que a empresa definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores financeiros e ambientais a serem comunicados para seus *stakeholders*. Os indicadores estão alinhados às boas práticas internacionais e aos GBP.

IV. Performance ASG da ISA CTEEP

A ISA CTEEP é uma concessionária privada de transmissão de energia elétrica, fundada em 1999 a partir da divisão da estatal paulista Companhia Energética de São Paulo (CESP). Em 2001, a empresa incorporou a Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE). Em 2006, a ISA Capital do Brasil, controlada pela ISA (*Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.*), companhia colombiana de capital misto, passou a controlar a CTEEP por meio de leilão de privatização, dando assim origem ao nome fantasia ISA CTEEP.

A companhia atua por meio da construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão. Conta atualmente com uma capacidade instalada de 67,1 mil MVA (Mega Volt-Ampère) de transformação, suportada por 25.814 km de linhas de transmissão, 2.385 km de cabos de fibra ótica e 126 subestações. Em termos de volume, a ISA CTEEP é responsável, atualmente, pela transmissão de 33% da energia elétrica produzida no Brasil, 60% da energia consumida na Região Sudeste e 94% da transmissão no Estado de São Paulo.

A análise da ISA CTEEP tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar impactos socioambientais associados aos projetos que desenvolve. Dessa maneira é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos descritos sejam elegíveis para uma emissão caracterizada como Título Verde ou tomada de empréstimos verdes.

Nesse contexto, fizemos uma avaliação de políticas e práticas da empresa. Adicionalmente, pesquisamos controvérsias de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a companhia, as SPEs, e outras empresas envolvidas em seus projetos.

SITAWI Research

Análise de performance ASG da empresa



Empresa: ISA CTEEP
País: Brasil
Setor (GICS): Serviços Públicos

Pontos fortes

- ✓ Realização de auditorias internas
- ✓ Adequada gestão de acidentes ambientais
- ✓ Boas condições de trabalho e liberdade sindical
- ✓ Metas socioambientais para liderança
- ✓ Monitoramento de volume de geração e reciclagem de resíduos

Oportunidades de melhoria

- ! Práticas de inclusão de minorias e incentivo a diversidade
- ! Gestão sistemática de informações sobre terceirizados
- ! Reestruturação dos planos de carreira

Desempenho ASG


De modo geral, a ISA CTEEP obteve um desempenho confortável, próximo a superior, com destaque para a realização de auditorias internas e adequada gestão de acidentes ambientais através de Plano de Preparação e Resposta às Emergências, comitê para análise crítica e definição de ações para evitar que incidentes voltem a acontecer. Adicionalmente, a empresa promove boas condições de trabalho, por meio de monitoramento contínuo de indicadores de saúde e segurança, bem como desenvolvimento do Programa Qualidade de Vida para promoção do bem-estar no trabalho.

Por outro lado, a ISA CTEEP ainda carece de formalização de plano específico de descomissionamento, que pode ocorrer após eventos extremos, aumentando consideravelmente a geração de resíduos. A companhia pode sofisticar sua performance socioambiental por meio da elaboração de programas de inclusão de minorias; reestruturação da gestão de carreiras, com planos individualizados para seus colaboradores, o que já está sendo realizado; e formalização de compromissos através de políticas.

Além de práticas de gestão ASG confortáveis, a ISA CTEEP possui código de conduta ética, que aborda temas como práticas anticompetitivas, conflito de interesse e combate à corrupção. A empresa também divulga outras políticas – Social, Ambiental, de Qualidade, de Saúde Ocupacional, de Gestão Integral de Riscos, de Aquisição de Bens e Serviços, de Comunicação de Bens e Serviços, de Controle e de Gestão Humana – afirmando, entre outros aspectos, seu compromisso em proteger a biodiversidade e minimizar o impacto sobre o ecossistema; reduzir a emissão de carbono e compensar a emissão de gases de efeito estufa; além de manter e melhorar a saúde ocupacional de seus colaboradores.

A formalização e divulgação dessas diretrizes é importante para garantir que a atuação da companhia nesses pontos seja assertiva ao longo do tempo, bem como para fomentar uma cultura de transparência junto a seus *stakeholders*.

Tabela 6 - Análise de práticas e políticas ASG da ISA CTEEP

Ambiental	 Confortável
<ul style="list-style-type: none">• Uso de Recursos: O consumo de água e combustíveis nas operações da ISA CTEEP é reduzido. Apesar disso, a empresa monitora o uso de água e combustíveis em todas as instalações, realiza ações de sensibilização ambiental, possui procedimentos para reuso de água em sistemas de refrigeração e sistemas de captação de água de chuva em sua sede e na subestação de Registro, o que será expandido para outros ativos. Além disso, a empresa mantém altos níveis de qualidade de transmissão. Durante o ano de 2019, duas ocorrências registradas no mês de janeiro na Subestação Leste e Sul levaram ao aumento nos resultados operacionais. Nesse sentido, foi verificado aumento dos resultados dos indicadores de frequência equivalente de interrupção (FREQ) e duração equivalente de interrupção (DREQ), que medem quantas vezes e com que frequência, em média houve desligamentos, quando comparados com o ano de 2018. O resultado do FREQ em 2019 foi de 0,108 vezes ao ano, em comparação com 0,061 em 2018, e o resultado do DREQ em 2019 foi de 2,67 minutos, em comparação com 1,0 em 2018. A empresa informou que está realizando grandes investimentos para execução de um plano de reforços e melhorias, de modo a prevenir ocorrências e garantir uma maior confiabilidade no sistema.• Ecossistemas: Apesar da etapa de construção de linhas de transmissão de energia demandar supressão de vegetação e apresentar potencial impacto sobre a biodiversidade, a ISA CTEEP não possui histórico de controvérsias no tema. A empresa investe no monitoramento de fauna, realiza compensação ambiental, reflorestamento e mantém suas licenças ambientais regularizadas, atendendo as condicionantes, divulgando o andamento desses processos em seu site e em seu relatório anual. Também busca, no momento de planejar o traçado de suas linhas de transmissão, evitar o impacto sobre áreas de preservação. Além disso, possui Política Ambiental formalizando compromisso em proteger a biodiversidade e minimizar o impacto sobre o ecossistema. A companhia possui o programa Conexão Jaguar, que tem o objetivo de redução de emissões	

atmosféricas e conservação de áreas de importância para a biodiversidade e que conectam populações do Jaguar na América Latina. O programa comercializa créditos de carbono certificados internacionalmente.

- **Gestão de Resíduos:** As subestações da ISA CTEEP possuem procedimentos para correta destinação de resíduos. Muitas de suas unidades são certificadas pela norma ISO 14.001, evidenciando o esforço da empresa em formalizar e executar procedimentos de gestão ambiental. As unidades operacionais não certificadas, seguem os mesmos procedimentos da norma citada. A empresa monitora sistematicamente indicadores de volume de resíduos não perigosos (classe II), além da destinação para reciclagem. Ademais, eventos extremos na operação e manutenção de linhas de transmissão podem levar a situações de descomissionamento parcial, aumentando a geração de resíduos. A ISA CTEEP não possui planos específicos para tais situações, utilizando os procedimentos equivalentes de manutenção para destinação adequada dos resíduos de descomissionamento. Os efluentes líquidos gerados nos escritórios e subestações da empresa são destinados para a rede pública. A empresa possui Plano de Preparação e Resposta às Emergências, no qual define as responsabilidades e instruções básicas para situações de emergência. Para o caso de ocorrência de queimadas, desmoronamento de terra, avalanche, erosão ou outros eventos relacionados, a companhia adota as medidas de remediação aplicáveis, variando de acordo com cada caso. Adicionalmente, são adotadas medidas preventivas como, por exemplo, a implementação do Programa de Comunicação Social (PCS), que visa informar a população linceira sobre os perigos das queimadas próximo as linhas de transmissão e sobre o uso compatível para as faixas de servidão, bem como a realização de inspeções aéreas e/ou terrestres periodicamente nas áreas dos empreendimentos.
- **Mudanças Climáticas:** As atividades realizadas pela ISA CTEEP de construção, operação e manutenção de linhas de transmissão não emitem quantidades significativas de CO₂e. O principal gás utilizado nas operações da empresa é o SF₆, que é monitorado, e para o qual foi firmado um compromisso de redução na geração em 10% ao ano. A empresa elabora inventário de GEE e afirma em sua política ambiental que possui compromisso em reduzir e compensar a emissão de gases de efeito estufa, com exceção daquelas provenientes de perdas técnicas.

Social



Confortável

- **Comunidades:** Apesar da ISA CTEEP já ter se envolvido em controvérsias relacionadas a comunidades, as quais já foram remediadas, a empresa possui procedimento estruturado para negociação e remoção de forma justa, incluindo o envolvimento do poder público. Além disso, realiza projetos sociais junto a comunidades, como treinamentos e capacitações, onde distribui materiais de comunicação como panfletos e manuais, para que a população aprenda sobre questões de segurança em linhas de transmissão, use a energia de forma consciente, além de outros temas ambientais. A empresa realiza investimento social privado, e em 2019 foram investidos R\$ 8,09 milhões que beneficiaram 12 organizações. A empresa informou que não foram registrados casos de violação do direito indígena durante o ano de 2019 em seu Relatório de Sustentabilidade.
- **Clientes:** A ISA CTEEP está envolvida em controvérsias com clientes de forma pontual. Essas controvérsias estão relacionadas a problemas e falhas nas linhas de transmissão, ocasionando interrupção no fornecimento de energia e blecaute. A empresa, entretanto, monitora a satisfação dos clientes com foco nas atividades de operação e manutenção do sistema elétrico e nos serviços de engenharia. A empresa também possui canal dedicado para recebimento de reclamações, realiza atividades de engajamento junto com seus clientes/consumidores e elabora e divulga comunicações claras relacionadas a riscos e benefícios de seus produtos por meio de seu programa de comunicação social, no âmbito do licenciamento ambiental. Adicionalmente, tem seu processo de transmissão certificado na norma ISO 9001 (Sistema de Gestão de Qualidade).
- **Recursos Humanos:** A ISA CTEEP monitora e divulga dados de indicadores relativos a acidentes trabalhistas (taxa de lesões, taxa de doenças ocupacionais e outros índices), levando em consideração trabalhadores diretos e terceirizados. A empresa realiza o Programa Qualidade de Vida com promoção de atividades voltadas ao bem-estar dos colaboradores. Adicionalmente, atende à normas e políticas internas de saúde e segurança no trabalho, as quais estão em acordo ou são mais restritivas que as normas regulamentadoras, além de implementar Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), programas de prevenção de riscos elaborados, realizar inspeções e auditorias. A empresa possui ponto eletrônico para controle e compensação de horas trabalhadas e paga horas extras conforme acordo com sindicatos. Além disso, respeita as horas de trabalho e implementa o Programa Trabalho Flexível, relacionado à promoção de flexibilidade voluntária das horas de trabalho dos funcionários. Todos os colaboradores diretos possuem acordos coletivos com sindicatos representativos, além de possui um bom relacionamento com vários desses sindicatos. Por outro lado, não apresenta programas de inclusão de minorias. Em relação a gestão de carreira, possui processo anual de avaliação e gestão de

desempenho dos colaboradores e oferece apoio financeiro para capacitação de acordo com o desempenho do funcionário. O plano de carreira ocorre atualmente de maneira pouco formalizada, porém esse processo está sendo reestruturado. A empresa não possui certificação em sistema de segurança e saúde do trabalhador. Foi constatada a redução do número de funcionários, quando comparados os resultados de novembro de 2019 e setembro de 2020. No primeiro período citado, a empresa contava com 1.524 funcionários, enquanto no segundo período, apresentou 1.485 funcionários, representando uma redução de 39 funcionários.

- **Cadeia de Suprimentos:** A ISA CTEEP não apresenta controvérsias e penalizações referente à terceirização de funcionários e ao relacionamento com empresas fornecedoras e subcontratadas. Foi informado que 22% de trabalhadores terceirizados estão envolvidos em suas atividades-fim, sendo nas áreas de Segurança Patrimonial, Entregas e Facilities. A empresa promove relacionamento sustentável com seus fornecedores e subcontratados ao incluir cláusulas contratuais claras e justas. Além disso, compartilha com estes fornecedores o Programa de Integridade e o novo Código de Ética e Conduta. Para fornecedores novos, são realizadas diligências que incluem aspectos socioambientais e o monitoramento é contínuo. Foram formalizados dois processos de *Due Diligence* nas normas de *Compliance* da empresa, de modo a garantir que as contratações e novos negócios estejam estritamente em linha com as legislações aplicáveis, com processos anticorrupção e respeito a aspectos socioambientais. Entretanto, a empresa não apresentou evidência de monitoramento de indicadores e de treinamento relacionados a temas socioambientais de suas subcontratadas.

Governança



- **Transparência:** A ISA CTEEP divulga DFP anual de cada uma de suas subsidiárias e disponibiliza em sua página suas principais políticas (Ambiental, Aquisição de Bens de Serviços, Gestão Humana, Qualidade, Gestão Integral de Riscos, Saúde Ocupacional, Código de Ética e outras). Prepara e divulga Relatórios Anuais de Sustentabilidade, de acordo com a opção Essencial da GRI, nos quais informa seus indicadores e práticas socioambientais, e estes são auditados. A empresa divulgou informações a respeito do seu Conselho de Administração e Diretoria em seu Relatório de Sustentabilidade do ano de 2019, apresentando seus membros e principais responsabilidades.
- **Comportamento empresarial:** A ISA CTEEP não possui envolvimento direto ou indireto em casos de controvérsias relacionados à governança corporativa. Além disso, divulga em seu Formulário de Referência a remuneração do Conselho de Administração e Diretoria. Temas socioambientais são abordados no conselho de administração e a remuneração variável de alguns dos seus líderes é atrelada a critérios socioambientais. Também conta com um código de ética disponível para os colaboradores, contendo as principais práticas de governança que devem ser adotadas na empresa no nível do colaborador. Denúncias sobre corrupção e outros temas internos podem ser encaminhadas para a Linha de Ética da ISA CTEEP. O procedimento para acompanhamento das denúncias passa por uma auditoria interna, que recebe e busca esclarecer as questões levantadas, verificando se as queixas têm fundamentos. A empresa também conta com canal de ouvidoria que aborda esse tema, entre outros. Por outro lado, seu conselho administrativo conta com apenas 12,5% de participação feminina.

Em relação ao estudo de controvérsias, foram identificadas controvérsias relacionadas à ISA CTEEP ligadas a aspectos ambientais, relacionamento junto a clientes e impactos em comunidades locais. Concluímos que essas controvérsias identificadas são de severidade pouco significativa e significativa e que o nível de responsividade da empresa foi considerado adequado para resolução e mitigação dessas questões. Esse fato é importante, pois indica que as práticas de gestão ASG da empresa têm sido efetivas.

Tabela 7 - Controvérsias envolvendo a ISA CTEEP

Ambiental	Nível de Severidade	Responsividade
Deposição de pás eólicas na faixa de servidão, onde estão localizadas torres de transmissão de energia elétrica da ISA CTEEP na cidade de Sorocaba (2018).	Pouco significativo: Deposição de pás eólicas em antiga região de estocagem das pás pela empresa Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A, em área de faixa de servidão gerenciada pela ISA CTEEP.	Remediativa: Em nota, a ISA CTEEP informou não ser proprietária do terreno, mas ser responsável pelas faixas de servidão, onde estão localizadas as torres de transmissão de energia elétrica e a rede. Segundo a Companhia, o depósito de lixo nas áreas de segurança por onde passam as linhas de transmissão é ilegal e infringe a NBR 5422. A ISA CTEEP informou que a preservação dessas

faixas tem o objetivo de garantir a segurança da população, evitar acidentes e prevenir eventuais problemas na prestação do serviço público de transmissão de energia e que irá tomar as medidas cabíveis.

Social	Nível de Severidade	Responsividade
Falha desliga 20 subestações e atinge 600 mil clientes (2017).	Pouco significativo: A falha, que durou apenas três minutos, foi ocasionada pelo desligamento acidental da subestação Milton Fornasaro durante modernização do sistema de proteção. Linhas do metrô e semáforos foram afetados.	Proativa: A ISA CTEEP analisou a causa do desligamento da subestação e identificou ações mitigatórias para evitar reincidência. Além disso, a empresa realizou reuniões de sensibilização das equipes envolvidas na modernização da subestação em relação à observância e cumprimento dos procedimentos
Apagão por conta de princípio de incêndio em duas SEs da empresa (2019).	Significativo: A falha durou uma hora e afetou um milhão de pessoas na Zona Leste de São Paulo e no ABC Paulista.	Remediativa: Funcionários da empresa junto com funcionários da Enel (distribuidora) fizeram manobras na rede para reestabelecer o fornecimento de energia.
Equipamento de proteção contra curto circuito de linha da empresa falha, gerando apagão (2019)	Significativo: A falha no sistema de proteção da empresa gerou explosão, que assustou moradores da Zona Sul de São Paulo, além de queda no fornecimento de energia.	Defensiva: A empresa corrigiu a falha reestabelecendo o fornecimento de energia, mas não se pronunciou a respeito das causas do acidente
Centro de São Paulo sofre apagões após falha de transmissão (2020).	Significativo: Falhas de transmissão afetaram o fornecimento de energia elétrica no Centro da cidade de São Paulo. A falta de luz também afetou o funcionamento de algumas linhas do metrô e do trem. Eventos semelhantes aconteceram em outros pontos da cidade em 2019, 2018 e 2017.	Remediativa: A transmissora ISA CTEEP comunicou que uma falha em um equipamento da Subestação Anhanguera afetou o fornecimento de energia na região central de São Paulo. Técnicos da transmissora atuaram prontamente para reestabelecer a energia.
Famílias vivem embaixo de linhas de transmissão da ISA CTEEP (2019).	Significativo: Mais de 400 famílias moravam embaixo das linhas de transmissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (ISA CTEEP), em Jundiapéba, bairro de Mogi das Cruzes, em São Paulo. A Prefeitura estudava na ocasião criar um projeto de lei para que as empresas de energia elétrica se responsabilizem pelos seus terrenos, evitem a ocupação irregular e os processos de reintegração de posse. Além disso, outras 60 famílias foram removidas de moradias localizadas embaixo de torre de transmissão da empresa no distrito do Grajaú, Extremo Sul de São Paulo. O processo de reintegração de posse do terreno foi iniciado em 2017 e os moradores informaram que foram notificados em dezembro de 2018 sobre a remoção.	Remediativa: Em resposta ao primeiro caso citado, a ISA CTEEP afirmou que não se responsabiliza pela análise dos cadastros de moradias das 460 ocupações irregulares, que deve ser tratada pela prefeitura. Em relação à remoção das 60 famílias no Distrito do Grajaú, a ISA CTEEP informou por nota que tem como procedimento a inspeção periódica em suas linhas de transmissão e, quando identifica ocupações irregulares, notifica administrativamente os moradores para desocupação voluntária. Foi informado na nota que durante todo o processo houve a citação, realizada pelo poder judiciário, dos ocupantes da área, bem como ações da companhia para promover a saída voluntária dos ocupantes.
Defeito em subestação de energia causou interrupção no fornecimento de energia em 20 cidades (2018).	Significativo: Um defeito em uma subestação de energia da ISA CTEEP – que fornece energia para as concessionárias da região - causou	Remediativa: a empresa reconheceu que houve falhas na subestação Florida Paulista, o que levou à suspensão do fornecimento de energia para as distribuidoras.

interrupção no fornecimento de energia de 20 cidades. Informou ainda, que equipes de manutenção já haviam reestabelecido o fornecimento de energia e que a transmissora estava trabalhando para apurar a causa do ocorrido.

Por meio dessa análise, concluímos que a ISA CTEEP possui práticas ASG confortáveis e *know-how* técnico de suas atividades. A empresa está envolvida em casos isolados de controvérsias e seu nível de responsividade é considerado adequado para resolução e mitigação dessas questões. Sendo assim, concluímos que a empresa tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de seus projetos.

Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em padrões reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação do Framework – o primeiro passo é avaliar se o Framework tem como objetivo contribuir com projetos e categorias com potencial de impacto socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos o Framework aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:
 - Uso dos recursos (use of proceeds): Alinhamento das categorias dos projetos com *Green Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e outros padrões de sustentabilidade e climáticos;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (process for project evaluation and selection): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (management of proceeds): procedimento para gestão financeira dos recursos que serão captados a partir de emissões, para garantir a destinação para projetos elegíveis;
 - Relato (reporting): Compromisso de divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.
- 2) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI¹⁹, e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias em que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Tabela 8 – Políticas e práticas analisadas

Dimensão	Práticas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Uso de Recursos• Ecossistemas• Gestão de Resíduos• Mudanças climáticas
Social	<ul style="list-style-type: none">• Comunidades• Clientes• Cadeia de suprimento• Recursos humanos

¹⁹ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

Legendas

Nível da Asseguração

Tabela 9 - Níveis de asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Capaz de confirmar de forma convincente os princípios e objetivos da asseguração.
Limitado	Capaz de confirmar de forma parcial os princípios e objetivos da asseguração.

Nível de performance do projeto/empresa

●●●● Superior

A empresa ou o projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○ Satisfatório

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○ Insuficiente

O projeto ou a empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○ Crítico

A empresa ou projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Tabela 10 – Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade	
Pouco significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa.
Muito significativo	Descumpra a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.

Crítico	Descumpre a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.
Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

External Review Form Green Bond Principles

Green Bond / Green Bond Program

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: ISA CTEEP

Review provider's name: SITAWI

Completion date of this form: 23/Dec/2020

Publication date of review publication: 12 months upon first issuance based on the framework

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements of the framework and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, ISA CTEEP's Green Bond and Green Loan Framework is aligned with the Green Bond Principles (GBP) and Green Loan Principles (GLP). All net proceeds from the bonds and loans based on this framework will be destined to reimbursements of capital expenses or new investments or refinancing of energy transmission projects. The projects outlined in the Framework are aligned with ISA CTEEP's sustainability strategy.

The governance for projects' evaluation and selection is clear and transparent. The company's sustainability department assesses the projects and their environmental impacts and legal compliance. The company also established eligibility and exclusion criteria for the projects, aligned with the European Union's Sustainable Finance Taxonomy.

There is a clear and transparent procedure to ensure that proceeds are allocated to projects that support the green label, including a maximum term for reimbursement and refinancing of operational projects, and commitment to allocate proceeds temporarily in low-risk, high-liquidity and non-carbon intensive investment instruments until their full allocation to the eligible projects and assets.

After the issuances, the company commits to report annually to its investors and creditors the following information (via annual report): a) proceeds allocated to each project obtained through Green Debt Operations; b) KPIs to assess the impact from the eligible projects and assets. The Second Party Opinion report and the Green Bonds and Loans Framework will also be available in the issuer's website.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The eligible category for the use of proceeds described in the framework includes energy transmission projects. These projects contribute to transmission of renewable energy and enhance the energy efficiency of Brazil's interconnected grid.

Therefore, we consider that ISA CTEEP's Framework is aligned with the Company's sustainability strategy. The environmental goals of the projects are accurate, measurable and robust. The environmental and climate benefits, in turn, will be evaluated and quantified by ISA CTEEP.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs: Not applicable

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): ISA CTEEP's internal process for evaluating and selecting projects is aligned with market practice. The company's sustainability team verifies whether the Eligible Assets are aligned with the strategy and corporate sustainability approach of ISA CTEEP and local laws and regulations. The company also established eligibility and exclusion criteria for the projects. These are potentially compliant with the European Union's Sustainable Finance Taxonomy, and compliance will be verified by SITAWI annually.

Therefore, we can conclude that the internal processes for project evaluation and selection are transparent and based on robust eligibility criteria. The projects are aligned with ISA CTEEP's strategy and have environmental and social benefits, delivering positive contributions to sustainable development and transition to a low carbon energy mix.

Evaluation and selection

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond and Loan proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input checked="" type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): ISA CTEEP's processes for management of proceeds are aligned to market practices. The issuance of green bonds and loans can occur through subsidiaries or the holding company. The proceeds from future green debt will be used to both equity reimbursement (for projects that have become operational up to 24 months before each transaction) and financing of new eligible assets and projects.

All proceeds will be maintained in high liquidity fixed income instruments until the full allocation to eligible projects. In the meantime, the issuer/borrower commits not to invest in carbon intensive activities. The issuer also commits that the sum of proceeds raised through green debt allocated to each project will not surpass the total capex of the green projects and assets, including issuances from the company's shareholders. The issuer will disclose the allocation of these proceeds throughout the maturity of the bonds.

Based on our analysis of proceeds management, we can conclude that there is a clear and transparent procedure to ensure that proceeds are allocated to projects that support the Green Bond and Green Loan categorization.

Tracking of proceeds:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Green Bond/Loan proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds | |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Additional disclosure:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Allocations to future investments only | <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements | <input checked="" type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements |

- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds Other (*please specify*):

4. REPORTING

Overall comment on section (*if applicable*): Aligned with market practices, ISA CTEEP will disclose annually the allocation of proceeds per category and the non-financial impact of the eligible projects. These results will be monitored in order to ensure that allocated proceeds and project performance will remain aligned with the eligibility criteria set out in the Framework. The disclosure will include environmental impacts at the project level.

Therefore, we conclude that the Company has clearly defined the content and the reporting process of financial and environmental indicators to its stakeholders. Their indicators are aligned with international good practices and also the GBP. The compliance to established criteria will be verified by SITAWI annually.

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project On a project portfolio basis
 Linkage to individual bond(s) Other (*please specify*):

Information reported:

- Allocated amounts GB financed share of total investment
 Other (*please specify*): *share of future expenses, reimbursement and refinance and proceeds temporarily unallocated*

Frequency:

- Annual Semi-annual
 Other (*please specify*): *quarterly*

Impact reporting:

- Project-by-project On a project portfolio basis
 Linkage to individual bond(s) Other (*please specify*):

Frequency:

- Annual Semi-annual
 Other (*please specify*):

Information reported (expected or ex-post):

- GHG Emissions / Savings Energy Savings
 Other ESG indicators (*please specify*):
i) Project and environmental licensing status; ii) Number of Green Users (power plants that generate wind, solar, small

hydro or biomass electricity) and income related to them; iii) average GHG emissions factor from the last 5 years (gCO2/kWh); iv) for projects that connect isolated systems: systems' GHG emissions factor comparison (gCO2/kWh); (v) project operation start date; vi) energy generation units connected to transmission lines

Means of Disclosure

- | | | | |
|-------------------------------------|--|--------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Information published in financial report | <input type="checkbox"/> | Information published in sustainability report |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Information published in ad hoc documents | <input type="checkbox"/> | Other (please specify): |
| <input type="checkbox"/> | Reporting reviewed (if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review): | | |

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.)

<http://www.isactEEP.com.br/>

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond/Loan, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond/Loan framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green Bond/Loan, associated Green Bond/Loan framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) Certification: An issuer can have its Green Bond/Loan or associated Green Bond/Loan framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green Bond/Loan or associated Green Bond/Loan framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond/Loan ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond/Loan frameworks / programs